

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

(REAPRESENTAÇÃO)



Assembleia Geral Ordinária

27/04/2026

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2026

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

ÍNDICE

1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria, Comentários da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (conforme Anexos I e II);
- ii. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (conforme Anexo III);
- iii. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme Proposta da Administração e;
- iv. Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026, conforme Proposta da Administração.

ANEXOS:

- ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
- ANEXO II – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA (IN CVM 81/22, artigo 10, p.u.III).
- ANEXO III – PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
- ANEXO IV – CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
- ANEXO V – PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
- ANEXO VI – PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Formulário de Referência)

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração ("Proposta") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 27 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22640-102

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede da Companhia em horário comercial, no site da Companhia (www.priner.com.br), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), cópias dos documentos a serem discutidos na AGO, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 81/22.

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, nos termos do artigo 13 de seu Estatuto Social, e foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria. Assim, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da IN CVM 81/22 e Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), contendo as notas explicativas, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, emitidos pela empresa de auditoria externa independente Forvis Mazars - Brasil.

Cumpré ainda informar que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), serão publicados no jornal Mercantil e no website do mesmo jornal, em conjunto com a Demonstração Financeira de 2025.

Adicionalmente, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., da IN CVM 81/22, os seguintes documentos foram disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas, por meio do website da Companhia e publicado no jornal Mercantil, versão impressa e digital: (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) relatório/comentários da

administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (iii) Parecer do Comitê de Auditoria; e (iv) Relatório e Parecer dos Auditores Independentes.

Desta forma, a presente Proposta submete para aprovação as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, divulgadas em 12/03/2026 nos websites da CVM e da B3, através do Sistema Empresas.Net, e no website da Companhia ("Demonstrações Financeiras").

Em cumprimento a ICVM 81/22, as informações dispostas no **Anexo I** e **Anexo II** da presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

O Lucro Líquido consolidado, considerando a Companhia e suas coligadas, foi de 8.403.890,24 (oito milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e noventa reais e vinte e quatro centavos).

Contudo, considerando que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou, em bases individuais, prejuízo líquido no montante de R\$ 11.811.075,53 (onze milhões, oitocentos e onze mil, setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), não há lucro líquido a ser destinado, bem como base para a declaração de dividendos, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia. Dessa forma, a Administração propõe que o resultado do exercício seja integralmente absorvido por lucros acumulados e/ou reservas de lucros existentes, conforme aplicável, restando prejudicada qualquer deliberação sobre destinação de resultados ou distribuição de dividendos relativos ao exercício, conforme detalhamento constante no Anexo II.

Cumpra ainda esclarecer que a presente proposta foi examinada pelo Comitê de Pessoas e submetida à esta Assembleia Geral pelo Conselho de Administração.

(iii) Proposta para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em **chapa única**, para mandato de 2 anos, conforme a seguinte composição:

(a) Pedro Henrique Chermont de Miranda, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 9.299.832-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 023.120.657-70, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Niemeyer, 02, sala 201, Leblon, CEP 22450-220, para exercer a função de Conselheiro e Presidente do Conselho de Administração;

(b) Bruno de Mello Pereira, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 10048539-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 054.224.087-48, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Niemeyer, 02, sala 201, Leblon, CEP 22450-220, para exercer a função de Conselheiro Independente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;

(c) Eduardo Khair Chalita, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 043440487-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 600.137.107-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para exercer a função de Conselheiro Independente; e

(d) Tiago Ring, brasileiro, engenheiro, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 32.623.896-7, inscrito no CPF/ME sob o nº 362.460.368-05, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer a função de Conselheiro Independente; e

(e) Gustavo Figueiredo Maia, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 021.591.398-51, expedida pelo DETRAN-MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.080.736-82, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para a exercer a função de Conselheiro.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, as informações relativas aos candidatos indicados pela administração para o Conselho de Administração encontram-se detalhadas no Anexo IV desta Proposta.

Destaca-se, ainda, que, conforme declarações fornecidas pelos candidatos que ocupam a função de conselheiro independente, sendo eles os Srs. **Bruno Pereira, Eduardo Chalita e Tiago Ring**, os critérios de independência, previstos no Regulamento do Novo Mercado, segmento no qual as ações emitidas pela Companhia são negociadas, estão sendo cumpridos, ou seja, os Conselheiros indicados para a reeleição como membros independentes estão aptos para ocupar esta função, tendo os critérios sido avaliados pela Área e Governança da Companhia e pelo Presidente do Conselho de Administração, cumprindo assim o art. 17 inciso II do Regulamento do Novo Mercado, sendo certo que a posse se dará cumprindo a Resolução CVM 80/22, especialmente o Anexo K.

Nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM 70/22, os acionistas proprietários de 10%, ou mais, do capital social da Companhia poderão solicitar que a eleição do Conselho de Administração da Companhia seja realizada pelo sistema do voto múltiplo.

(iv) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia - 2026

O montante total anual proposto para remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária), para o exercício social de 2026, em regime de competência, de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), incluindo a remuneração fixa e variável, com inclusão dos benefícios, conforme aplicável aos membros elegíveis.

Por fim, contempla a presente Proposta a alçada do Conselho de Administração para deliberar sobre a individualização do limite global da remuneração dos administradores, referente ao exercício corrente, conforme for deliberado pela AGO a ser realizada em 27/04/2026.

Em cumprimento a Resolução CVM 81/22, as informações dispostas à presente Proposta estão expostas no **Anexo V e VI**.

Ainda, outras informações a respeito da remuneração total e da remuneração variável efetivamente propostas aos Administradores para o exercício de 2026 constam no item 8 do Formulário de Referência da Companhia, conforme Anexo VI a esta Proposta.

Cumpra ainda esclarecer que a presente proposta foi examinada pelo Comitê de Pessoas e submetida à esta Assembleia Geral pelo Conselho de Administração.

(v) Não necessidade de instalação do Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento não permanente, podendo ser instalado por solicitação dos acionistas nas hipóteses previstas em lei. A Administração reconhece a prerrogativa legal dos acionistas de requerer a instalação do Conselho Fiscal e assegura que, caso regularmente solicitada, a matéria será submetida à deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável.

Não obstante, a Administração entende que, no presente momento, **não deve ser proposta a instalação do Conselho Fiscal**, tendo em vista a atual estrutura de governança da Companhia, com instalação do Comitê de Auditoria, contempla mecanismos adequados de controle e supervisão, incluindo auditoria independente regularmente contratada, estrutura de controles internos e acompanhamento contínuo pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a instalação do Conselho Fiscal, neste contexto, implicaria sobreposição de atribuições em relação aos mecanismos já existentes, sem ganho proporcional de eficiência na supervisão das atividades da Companhia.

* * *

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026.

A Administração

Priner Serviços Industriais S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo I

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

(Conforme item 2 do anexo C da Instrução CVM nº 80/2022)

Data-Base: 31.12.2025

Nota: este item ("2") está de acordo com a determinação da Resolução CVM 80/22, que engloba as informações das Demonstrações Financeiras do último exercício social, sendo certo que os três últimos exercícios sociais já foram divulgados ao mercado.

2. Comentários dos Diretores

2. Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas neste item, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A análise da Administração esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas da seção 2 deste Formulário de Referência contém os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que estão disponíveis no site da Companhia (ri.gpssa.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

2025 foi um ano de transição, com resultados aquém do nosso potencial, pressionados pela alavancagem e pela retração da UN Montagem. Em paralelo, consolidamos um posicionamento único no maior ciclo de investimentos em mineração da história do Brasil, com as unidades maduras gerando valor e uma carteira crescente de contratos de longo prazo.

O ano de 2025 exige um estudo mais profundo do que apenas observar variações numéricas ao longo dos anos. De um lado, os efeitos conjunturais decorrem do custo da alavancagem e da queda do resultado operacional em uma vertical. Do outro, houve conquistas estruturais que lançaram as bases de uma Companhia pronta para capturar um ciclo de crescimento inédito na mineração brasileira.

Para 2026, trabalhamos com a expectativa de margens consolidadas mais elevadas, redução da alavancagem, crescimento da receita em linha com o nosso histórico e retorno do ROIC acima do custo de capital. Essa perspectiva é ancorada na nossa carteira de contratos, firmados e em negociação, cuja composição de preços e prazo médio reforça a visibilidade de geração de valor.

Índice de liquidez corrente:

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante.

	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
Indicadores Financeiros	2025	2024
Ativo Circulante	846.970	609.764
Passivo Circulante	573.925	546.806
Índice de liquidez corrente	1,48	1,12

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de liquidez corrente era de 1,48, representando um aumento de 32,2% em relação ao ano anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à reclassificação da dívida com o Banco Itaú BBA do passivo circulante para o passivo não circulante.

A reclassificação realizada em 2024 ocorreu porque a Companhia não atendeu à cláusula restritiva estabelecida pela instituição financeira, que exige a manutenção da relação entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA limitada a 2,25x.

b. Estrutura de Capital

Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Valores expresso em R\$ mil

	31 de dezembro de			
	2025		2024	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Patrimônio líquido	562.334	29,7%	354.742	28,9
Passivo total	1.328.309	70,3%	874.512	71,1
Total	1.890.643	100,0	1.229.254	100,0

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido consolidado da Companhia totalizava R\$ 562,3 milhões, comparado a R\$ 354,7 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento decorre, principalmente, do aporte de capital no montante de R\$ 150 milhões, realizado em 1 de setembro de 2025, e do reconhecimento de R\$ 71.161 mil em participações de não controladores decorrentes da aquisição da Semep, que impactaram positivamente o patrimônio líquido consolidado.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo total da Companhia totalizava R\$ 1.328,3 milhões, comparado a R\$ 874,5 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento decorre, principalmente, da captação de novos empréstimos, em linha com a estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia. Apenas a rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures contribuiu com um acréscimo de R\$ 347,0 milhões no período.

A Administração acompanha continuamente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, buscando manter uma estrutura de capital equilibrada, que maximize o retorno aos acionistas sem comprometer a liquidez e a sustentabilidade financeira da Companhia no longo prazo.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros até a data de publicação desta Proposta da Administração, bem como tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. Por isso, e considerando o seu capital circulante líquido abaixo descrito, a Companhia acredita que será capaz de manter a sua liquidez e capacidade de realizar os pagamentos.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R\$ 273,0 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 63,0 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O aumento do capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2025 decorre, principalmente, da reclassificação realizada em 2024 da dívida com o Banco Itaú BBA, do passivo não circulante para o passivo circulante, em atendimento ao item 74 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Diante desse contexto, a Companhia entende que mantém condições financeiras suficientes para honrar seus compromissos assumidos, preservando sua liquidez e a continuidade operacional.

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

Em 2025 e 2024, a Companhia manteve a estratégia de utilização de capital de terceiros para financiar a necessidade de capital de giro, aquisições (M&As) e investimentos em equipamentos operacionais.

A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	638.325	380,505
Patrimônio Líquido	562.334	354.742
Alavancagem Financeira	1,14	1,07

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes potenciais para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa das operações, empréstimos bancários e recursos advindos do mercado de capitais. A Administração entende que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 999,4 milhões e R\$ 630,4 milhões, respectivamente.

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante inclui o saldo líquido de instrumentos derivativos financeiros e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou um valor positivo de R\$ 638,3 milhões e R\$ 380,5 milhões, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Vale ressaltar que o cálculo da dívida líquida não considera os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%) ¹	Consolidado – em R\$ mil	
		31/12/2024	31/12/2024
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI + 1,9% a.a. a CDI + 3,0% a.a.	76.801	95.294
FINAME	CDI + 2,90% a.a.	-	12.696
Nota Comercial	CDI + 2,00% a.a.	31.659	37.988
FRN	CDI + 1,70% a.a.	28.717	30.334
4131 c/ Swap	CDI + 1,80% a.a. a 2,83% a.a.	311.496	287.271
Pré Fixado	8,96% a.a. a 19,36% a.a.	154.518	-
Debêntures	CDI + 2,10% a.a. a 2,40% a.a.	207.418	-
SWAP		(7.188)	(2.685)
Dívidas referentes às aquisições (Sellers Loan)	95% a 100% do CDI	196.060	166.158
Dívida Bruta		999.481	630.426
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo e depósito judicial – dívida de aquisição Smartcoat		(361.156)	(249.921)
Dívida Líquida (Caixa líquido)		638.325	380.505

¹ As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2025.

Endividamento

O objetivo da gestão da estrutura de capital da Companhia é proteger o seu patrimônio e contribuir para a geração de retorno satisfatório aos nossos acionistas. Esse objetivo se baseia em três pilares: (1) apoio a continuidade e constante ganhos de produtividade das operações, (2) garantia da oferta de boas condições de trabalho e desenvolvimento para seus colaboradores e (3) adequado e equilibrado atendimento aos anseios das partes interessadas.

A Companhia utiliza dois indicadores para avaliar sua alavancagem financeira, conforme demonstrado abaixo. O cálculo do endividamento foi determinado considerando os saldos de empréstimos, instrumentos derivativos, mútuos e debêntures, não tendo sido considerados os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento.

A tabela a seguir ilustra a evolução do endividamento da Companhia, que está detalhado na seção 2.5 do Formulário de Referência, ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Valores expressos em R\$ mil

Em 31 de dezembro de

Indicadores Financeiros	2025	2024
Dívida bruta circulante	278.797	331.711
Dívida bruta não circulante	720.684	298.715
Dívida bruta	999.481	630.426
(-) Caixa, equivalentes de títulos e valores mobiliários (curto e longo prazo)	(361.156)	(246.551)
Dívida líquida (caixa mínimo)	638.325	380.505

Valores expressos em R\$ mil

Em 31 de dezembro de

Indicadores Financeiros	2024	2024
Dívida líquida(Caixa líquido)	638.325	380.505
Patrimônio Líquido	562.334	354.650
Índice de endividamento	1,13	1,07

Abaixo, a Companhia apresenta os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia durante o exercício de 2025:

Contrato – Banco Itaú (Debêntures)

Em 28 de março de 2025, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição de 200.000 debêntures simples, com garantia real, emitidas em duas séries (individualmente, “Série” e, em conjunto, “Séries”), no âmbito de sua 2ª emissão (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão, ocorrida em 15 de março de 2025 (“Data de Emissão”), totalizando o montante de R\$ 200.000.000,00 na Data de Emissão, sendo a oferta destinada exclusivamente a investidores profissionais.

A remuneração das Debêntures corresponde à variação do indexador aplicável, acrescida de spread de: (i) 2,10% ao ano, base 252 dias úteis, para as Debêntures da Primeira Série (“Remuneração da Primeira Série”); e (ii) 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, para as Debêntures da Segunda Série (“Remuneração da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, “Remuneração”).

Contrato – Banco do Brasil

Em 19 de maio de 2025, a companhia, celebrou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil. No valor de R\$75 milhões, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 2,30% ao ano.

Contrato – Banco Bradesco

Em 23 de junho de 2025, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco. No valor de R\$75 milhões, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 1,80% ao ano

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía limites de financiamento não utilizados junto a instituições financeiras no montante de R\$ 260.000, em função da posição de caixa confortável para honrar com seus compromissos financeiros e operacionais, além dos níveis de geração de caixa real e previsto.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contam com diversas modalidades de garantia, incluindo a alienação fiduciária de ativos nas operações realizadas via FINAME.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais garantias vinculadas aos empréstimos contratados eram: cessão simples de contratos firmados com clientes; aval da controladora, acrescido do próprio bem financiado; e aplicação financeira vinculada a um percentual do valor contratado.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, observando a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes no último exercício social, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas abaixo descritas.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$810,6 milhões. Na ocasião, a Companhia possuía limites de financiamento não utilizados junto a instituições financeiras no montante de R\$ 260 milhões, em função da posição de caixa confortável para honrar com seus compromissos financeiros e operacionais, além dos níveis de geração de caixa real e previsto.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os exercícios indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia disponíveis no site da Companhia (<https://ri.priner.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO (CONSOLIDADO)

A seguir são descritos cada um dos itens analisados:

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita.

Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2025		2024		Variação 2025/2024
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Receita Líquida de vendas e serviços	1.563.623	100,00%	1.100.583	100,00%	42,07%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.253.275)	-80,2%	(854.080)	-77,60%	46,74%
Lucro Bruto	310.348	19,85%	246.503	22,40%	25,90%
Despesas operacionais/ administrativas/gerais	(214.686)	-13,73%	(156.653)	-14,23%	37,05%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	95.662	6,12%	89.850	8,16%	6,47%
Receitas financeiras	54.170	3,46%	23.016	2,09%	135,36%
Despesas financeiras	(142.151)	-9,09%	(74.984)	-6,81%	89,58%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.681	0,49%	37.882	3,44%	-79,72%
Correntes	(31.909)	-2,04%	(28.336)	-2,57%	12,61%

Diferidos	32.632	2,09%	18.274	1,66%	78,57%
Lucro Líquido do exercício	8.404	0,54%	27.820	2,53%	-69,79%

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 1.563,6 milhões, correspondente a um aumento de 42,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento se deve tanto ao crescimento orgânico consistente dos principais segmentos de atuação quanto à contribuição da aquisição realizada em 2025.

A receita líquida orgânica, excluindo o efeito da aquisição da SEMEP adquirida em 2025, apresentou crescimento de 21,1% em 2025.

O segmento de Óleo & Gás registrou expansão de 32,4%, impulsionado principalmente pelo aumento da atividade offshore e pelo início dos serviços de inspeção subsea a partir de novembro de 2025. No segmento de Siderurgia & Mineração, o crescimento foi de 34,5%, refletindo a evolução orgânica e a contribuição inicial da Unidade de Negócio de Operações Minerárias, incorporada ao portfólio a partir da metade de outubro de 2025.

O segmento de Outros apresentou crescimento de 9,4%, decorrente da conquista de novos contratos onshore e da expansão das atividades no setor sucroenergético.

No quarto trimestre de 2025, a Companhia alcançou R\$ 2,8 bilhões em novos contratos, fortalecendo o backlog e reforçando a confiança em um desempenho sólido para 2026.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 1.253,3 milhões, correspondente a um aumento de 46,74% em relação ao mesmo período de 2024. Esse aumento deriva, principalmente, do aumento do volume de atividades.

A consolidação da UN de Operações Minerárias, intensa em equipamentos pesados, contribuirá para a redução estrutural da participação do Custo de Pessoal no CPV, bem como para a melhora gradual da razão Pessoal/ROL ao longo dos próximos períodos.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 310,3 milhões, correspondente a um aumento de 25,90% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, refletindo principalmente, a expansão do segmento de Óleo & Gás, que registrou aumento de +19,8% no ano, impulsionada pela aceleração das operações offshore, combinada ao início de novos contratos onshore.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais foram de R\$ 214,7 milhões, o que representa crescimento 37,05% em relação ao ano anterior. Elas representaram 13,73% da Receita Líquida em 2025, uma redução de 0,50 ponto percentual em relação ao ano anterior, quando foram de 14,23%.

As novas despesas são compostas principalmente pelos impactos contábeis do Stock Options e da amortização de intangível das empresas adquiridas.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos em 2025 foram de R\$ 88,0 milhões (despesas) em comparação a R\$ 52,0 milhões (despesas) do exercício anterior, o que representa aumento de 69,23% em relação ao ano anterior. No 1º trimestre de 2025, foi realizada a 2º emissão de debêntures, o que gerou um aumento de R\$ 25,3 milhões de juros

acumulados no exercício. Por fim, a SELIC acumulou alta de quase 3 pontos percentuais desde janeiro, o que também contribuiu para o aumento da despesa financeira

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 12,61% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação se deve basicamente à chegada da SEMEP, que apurou lucro fiscal em 2025, e pelo aumento no lucro da controlada Priner Locações em 2025.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 78,57% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução é resultado principalmente pelo aumento do prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, Priner Serviços.

Lucro Líquido do Período

O resultado contábil consolidado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 atingiu lucro líquido de R\$ 8,4 milhões, comparativamente ao lucro de R\$ 27,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A redução no lucro líquido decorre, principalmente, do maior impacto das despesas financeiras, em razão do aumento da taxa de juros e do maior nível de endividamento ao longo do período.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2025 comparadas a 31 de dezembro de 2024.

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2025		2024		Varição 2025/2024
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de caixa/ Títulos e valores mobiliários	354.580	18,75%	243.739	19,83%	45,48%
Contas a receber - terceiros e partes relacionadas	429.397	22,71%	319.533	26,00%	34,38%
Estoques	8.908	0,47%	5.778	0,47%	54,17%
Tributos a recuperar	28.171	1,49%	20.037	1,63%	40,59%
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	9.564	0,51%	2.685	0,22%	256,20%
Outros ativos circulantes	16.350	0,86%	17.992	1,46%	-9,13%
Total do ativo circulante	846.970	44,80%	609.764	49,61%	38,90%

Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	2.928	0,15%	2.812	0,23%	4,13%
Contas a receber – terceiros	5.714	0,30%	5.100	0,41%	12,04%
Tributos diferidos	82.176	4,35%	71.891	5,85%	14,31%
Depósitos judiciais	16.856	0,89%	5.689	0,46%	196,29%
Outros ativos não circulantes	1.513	0,08%	1.091	0,09%	38,68%
Imobilizado e direito de uso	572.092	30,26%	301.842	24,56%	89,53%
Intangível	362.170	19,16%	230.973	18,79%	56,80%
Total do ativo não circulante	1.043.673	55,20%	619.398	50,69%	68,50%
Total do ativo	1.890.643	100,00%	1.229.162	100,00%	53,82%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários totalizou R\$ 354,6 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 45,48% em relação aos R\$ 243,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, da geração de caixa operacional no período, da captação de recursos junto a terceiros para financiamento do capital de giro e de investimentos, bem como da entrada do caixa proveniente da SEMEP, empresa adquirida pelo Grupo em outubro de 2025.

Contas a receber – terceiros e partes relacionadas

O saldo de contas a receber apresentou aumento de 34,38%, passando de R\$ 319,5 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 429,4 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse crescimento decorre, principalmente, da expansão do volume de operações, impulsionada pela celebração de novos contratos, com destaque para o segmento de infraestrutura, bem como pela consolidação das empresas recentemente adquiridas pelo Grupo, incluindo os contratos oriundos da SEMEP.

Estoque

O saldo de estoque apresentou aumento de 54,17%, passando de R\$ 5,7 milhão em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. O maior impacto está relacionado a matéria prima do estoque da controlada R&R.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 40,59%, passando de R\$ 20,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 28,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento se refere ao IRRF e CSLL retidos na fonte, que poderão ser compensados por outros tributos federais através de PERD-COMPS.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber ou a pagar) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em

moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa expressiva em 31 de dezembro de 2025. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou redução de 9,13%, passando de R\$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 16,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. A redução refere-se, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipadas até o início das atividades dos referidos contratos. A redução foi ocasionada, principalmente, pela apropriação desses custos durante o exercício de 2025.

Ativo não circulante

Títulos e valores mobiliários

O saldo se refere a debêntures recebidas pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Contas a receber - terceiros

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 14,31%, passando de R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 82,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pelo reconhecimento do ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais existente.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 196,29%, passando de R\$ 5,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento decorre, substancialmente, do saldo da controlada SEMEP, adquirida em outubro de 2025, que possui liminar em ação judicial relacionada à exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se sobrestado, aguardando o julgamento do Tema 118 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Imobilizado e ativo de direito de uso

O saldo de imobilizado e ativos de direito de uso apresentou aumento de 89,53%, passando de R\$ 301,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 572,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse crescimento decorre, principalmente, do reconhecimento dos ativos da controlada SEMEP, adquirida em outubro de 2025, que, à época da aquisição, possuía saldo de imobilizado de aproximadamente R\$ 262 milhões.

Intangível

O saldo de intangível apresentou aumento de 56,8%, passando de R\$ 230,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 362,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Este aumento se deve basicamente aos ativos intangíveis identificados na aquisição da SEMEP.

Valores expressos em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de				
	2025		2024		Varição 2025/2024
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Passivo Circulante					
Fornecedores – Terceiros e partes relacionadas	62.183	3,29%	44.567	3,63%	39,53%
Empréstimos e financiamentos	202.682	10,72%	267.358	21,75%	-24,19%
Instrumentos financeiros – Swap	2.376	0,13%	-	-	-
Arrendamentos a pagar – Direito de Uso	7.485	0,40%	5.817	0,47%	28,67%
Salários e encargos sociais	121.016	6,40%	100.936	8,21%	19,89%
Tributos a recolher	18.266	0,97%	16.443	1,34%	11,09%
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	41.000	2,17%	13.590	1,11%	201,69%
Contas a pagar por aquisição societária	83.303	4,41%	67.038	5,45%	24,26%
Provisões	26.770	1,42%	29.883	2,43%	-10,42%
Outros passivos	8.844	0,47%	1.174	0,10%	653,42%
Total do passivo circulante	573.925	30,36%	546.806	44,49%	4,96%
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	607.927	32,15%	196.225	15,96%	209,81%
Arrendamentos a pagar – Direito de uso	23.312	1,23%	19.108	1,55%	22,00%
Contas a pagar e outras contas a pagar por aquisição societária	108.473	5,74%	102.490	8,34%	5,84%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.380	0,44%	7.492	0,61%	11,85%
Outros passivos não circulantes	6.292	0,33%	2.391	0,19%	163,15%
Total do passivo não circulante	482.834	39,90%	546.806	44,49%	37,96%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	468.180	24,76%	318.284	25,89%	47,10%
Reserva de capital	24.910	1,32%	19.790	1,61%	25,87%

Reserva de lucros	24.478	1,29%	36.289	2,95%	-32,55%
Ajuste de avaliação patrimonial	(34.734)	-1,84%	(33.621)	(2,74%)	3,31%
	<u>482.834</u>	<u>25,54%</u>	<u>340.742</u>	<u>27,72%</u>	<u>41,70%</u>
Participações de não controladores	79.500	4,20%	13.908	1,13%	471,61%
Total do patrimônio Líquido	<u>562.334</u>	<u>29,74%</u>	<u>354.650</u>	<u>28,85%</u>	<u>58,56%</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.890.643</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.229.162</u>	<u>100,00%</u>	<u>53,82%</u>

Passivo circulante

Fornecedores – terceiros e partes relacionadas

O saldo a pagar de fornecedores apresentou aumento de 39,53%, passando de R\$ 44,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 62,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esta variação refere-se principalmente ao aumento no volume de operações da Companhia. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 24,19%, passando de R\$ 267,3 milhão em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 202,6 milhões em 31 de dezembro de 2025. O maior aumento nesta rubrica contábil se deve basicamente às novas captações de empréstimos ocorridas durante o exercício de 2025.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em curto prazo apresentou aumento de 28,67% passando de R\$ 5,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2025. O aumento refere-se a inclusão nas controladas de novos contratos sujeitos ao CPC 06 – R2.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou aumento de 19,89%, passando de R\$ 100,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 121,0 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo aumento do número de colaboradores na Companhia, fruto da expansão do volume de atividades e da nova aquisição (SEMEP). Encerramos o ano de 2025 com 7.984 colaboradores (vs 7.144 ao final de 2024).

Tributos a recolher

O saldo de Tributos a recolher de R\$ 18,2 milhões em 31 de dezembro de 2025 refere-se a valores a pagar dos impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar apresentou aumento de 201,69%, passando de R\$ 13,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 41,0 milhões em 31 de dezembro de 2025. O aumento se refere basicamente à distribuição de lucros das empresas Gmaia e SEMEP.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou aumento de 24,26%, passando de R\$ 67,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 83,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi causado, principalmente, pela aquisição da nova controlada SEMEP, em outubro de 2025.

Provisões

O saldo de provisões apresentou redução de 10,42%, passando de R\$ 29,8 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 26,7 milhões em 31 de dezembro de 2025. Essa redução foi causada basicamente, pela provisão para fornecedores diversos.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 653,42%, passando de R\$ 1,2 milhão em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento decorre, principalmente, de receitas faturadas antecipadamente a clientes, cujos serviços ainda não foram prestados.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou aumento de 209,81%, passando de R\$ 196,2 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 607,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. Este aumento se deve às novas captações feitas no exercício de 2025, e também pelo fato, de que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos com o Banco Itaú BBA, que exige a manutenção da relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA limitada a 2,25x. Apesar de ter sido concedido um waiver, a Companhia optou por dar cumprimento ao item 74 do CPC 26, e divulgou a dívida com o Banco Itaú BBA no passivo circulante, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em longo prazo apresentou aumento de 22,0% passando de R\$ 19,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 23,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Este aumento refere-se à reclassificação das parcelas que serão realizadas dentro do exercício de 2025. O aumento refere-se a inclusão nas controladas de novos contratos sujeitos ao CPC 06 – R2.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 108,4 milhões teve seu incremento, principalmente, em função da aquisição da nova empresa do Grupo, SEMEP.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 11,85%, passando de R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. O incremento se deve basicamente aos processos de perda provável da nova empresa do Grupo, SEMEP.

Patrimônio líquido

Capital social

O aumento na rubrica se deve ao aporte de capital, no montante de R\$ 84,6 milhões.

Reserva de Capital

O aumento na rubrica se refere ao impacto contábil da compra da nova empresa do Grupo, SEMEP, e pelo plano de opções da Companhia.

Reserva de lucros

De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo de reserva de lucros da Companhia no montante de 36,3 milhões é composto de R\$ 2,9 milhões para reserva legal e R\$ 33,4 para reserva de expansão conforme estatuto da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	AH
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	99.978	107.751	-7,21%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(124.914)	(93.599)	33,46%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	135.645	92.494	46,65%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	110.709	106.646	3,81%

Atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia foi positivo em R\$99,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor positivo de R\$ 107,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação na geração de caixa operacional é explicada pela redução do lucro líquido apurado pela Companhia em 2025.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 124,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor negativo de R\$ 93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação na geração de caixa de investimento foi pela aquisição de participações em outras sociedades (M&As) e aquisição de equipamentos produtivos.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia foi positivo em R\$ 135,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor positivo de R\$ 92,4 milhões no exercício social em 31 de dezembro de 2024. Essa variação na geração de caixa de financiamentos foi fruto da captação de novos empréstimos para incremento da liquidez de curto prazo e do aporte de capital ocorrido no exercício de 2025.

2.2 - Resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, serviços de inspeção, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita de bens e serviços nos períodos indicados:

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025 - Contábil	2024 – Pro forma (1)	2024 - Contábil
Prestação de serviços e cessão	1.518.801	1.194.001	1.050.246
Locação de equipamentos	146.824	122.859	122.859
Vendas	38.614	32.497	32.496
Indenização e recuperação	13.764	6.815	6.815
Total Receita Bruta	1.718.003	1.356.172	1.212.416
Impostos sobre vendas e serviços	-143.152	-108,232	-97.953
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	-11.228	-13.880	-13.880
Total Receita Líquida	1.563.623	1.234.060	1.100.583

Nota (1) – Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, não auditados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, tais como equipamentos de proteção individual (EPIs), madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e, eventualmente, para os clientes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (pro forma e contábil), os custos de execução de obras representaram 77% em 2025; e 75% no contábil e proforma em 2024, do total dos principais custos dos

produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra. Como parte de seu Plano Estratégico, a Companhia investe em equipamentos para automatizar algumas atividades operacionais, visando gerar aumento de produtividade, e investe em novas linhas de negócios (atividades) com rentabilidades mais atrativas.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, e (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária passiva sobre debêntures, empréstimos, duplicatas descontadas e contas a pagar relativo à aquisição de participações societárias. As principais receitas financeiras correspondem a juros sobre aplicações financeiras, variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes, e também são impactadas pela introdução de novos produtos e serviços. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes e insumos utilizados na prestação dos serviços, dos quais destacam-se tintas e materiais para isolamento térmico, além das despesas financeiras. Adicionalmente, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício de 2025, com a aquisição da controlada SEMEP Logística e Construção S/A, a Companhia criou uma Unidade de Negócios Operacionais chamada “Operações Minerárias” que faz parte do segmento de negócios Mineração e Siderurgia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações relevantes sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico foram disponibilizadas no item 1.12 do Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(f) do Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

No último exercício social, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas pela administração da Companhia

a. Valor das medições não contábeis;

(i) EBITDA

EBITDA: medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Resolução CVM N° 156, de 24 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”). O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável com as medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Margem EBITDA: A margem EBITDA é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do EBITDA, anteriormente descrito, pela receita líquida. A margem EBITDA é expressa em formato percentual e pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

Abaixo, são apresentados os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾	2024 contábil
EBITDA	184.649	160.615	138.583
Margem EBITDA	11,8%	13,0%	12,6%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, não auditados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordo firmado entre a Companhia e os vendedores.

(ii) DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras, e consiste no valor da dívida bruta (empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição societária, instrumento derivativo (swap) passivo, debêntures e mútuo com pessoas físicas a pagar, e não considera os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados, (ii) títulos e valores mobiliários e mútuo com pessoas físicas a receber e (iii) instrumento derivativo (swap) ativo. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Bruta	999.480	630.427
Dívida Líquida	638.325	380.506
Dívida Líquida/ EBITDA LTM Contábil	2,3	1,8

(iii) MARGEM BRUTA

A margem bruta é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro bruto pela receita líquida. A margem bruta é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade direta dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾	2024 contábil
MARGEM BRUTA	19,8%	22,2%	22,3%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024.

(iv) MARGEM LÍQUIDA

A margem líquida é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro líquido pela receita líquida. A margem líquida é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade final da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾	2024 contábil
MARGEM LÍQUIDA	0,5%	3,4%	2,5%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

(v) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO

O ROIC ajustado é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do NOPAT pelo capital investido. O ROIC é expresso em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a lucratividade e o desempenho da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾
ROIC	14,1%	14,3%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Seguem os eventos subsequentes às nossas informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025:

- i. Em fevereiro de 2026, a controladora realizou pagamento aos vendedores da controlada Semep referente a ajuste de preço da dívida de aquisição da empresa, no montante de R\$ 4.964.
- ii. No mesmo período, a controlada Semep formalizou a contratação de novas operações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 43.600. Os recursos captados serão destinados ao investimento em bens de capital (CAPEX), visando sustentar a expansão das operações da Companhia.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2025	31/12/2024
a. Regras sobre a retenção de lucros	De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo do lucro líquido restante após a destinação para a reserva legal e para os dividendos obrigatórios, o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento, que não deverá exceder 80% do capital social. No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo do lucro líquido restante após a destinação para a reserva legal e para os dividendos obrigatórios, o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento, que não deverá exceder 80% do capital social.
a.i. Retenções de lucros	Não houve retenção, tendo em vista que a Companhia não apurou lucro contábil.	Houve constituição de reserva legal no montante de R\$ 507 mil e constituição de reserva estatutária no montante de R\$ 7.233 mil no exercício findo em 31/12/2024.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 71,3% foram destinados à Reserva Estatutária da Companhia, em relação ao lucro total declarado. Além disso, a Companhia destinou 5% em relação ao lucro total declarado para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025 fazem jus ao	De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024 fazem jus ao

	<p>recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>O saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.</p> <p>No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil.</p>	<p>recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>O saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberara sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 14, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.</p> <p>No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil, portanto, não haverá distribuição de lucros.</p>	<p>Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberara sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 14, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao	<p>No período acima, a Companhia não esteve sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas</p>	<p>No período acima, a Companhia não esteve sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou</p>

emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	ou arbitrais, com exceção de restrição a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nos termos de determinados contratos financeiros. No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	arbitrais, com exceção de restrição a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nos termos de determinados contratos financeiros.
e. Política de destinação resultados	A Companhia possui os critérios de destinação de resultados previstos no Estatuto Social.	A Companhia possui os critérios de destinação de resultados previstos no Estatuto Social.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados: (i) para operações de aquisições (“M&A”) que reforçam a tradição da Companhia de assertividade na escolha de serviços de alto valor agregado e de seleção de empresas que possuem sólida cultura de excelência; (ii) investimentos em equipamentos para atender o crescimento orgânico almejado; (iii) substituir equipamentos locados de terceiros e; (iv) automatizar processos operacionais, visando melhoria de produtividade e consequente redução na intensidade de uso de mão de obra.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu em M&As, o montante de R\$ 200,4 milhões referente a aquisição de 60% do capital social da SEMEP.

A distribuição dos investimentos em CAPEX durante o exercício de 2025, excluindo os M&As mencionados acima, foi a seguinte: equipamentos para atividade de mineração (19%), equipamentos de locação e uso operacional (1%), equipamentos de acesso (12%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (14%), inspeções e soldagens (12%), equipamentos para atividades de infraestrutura (7%), computadores e software (16%), benfeitorias (17%) e diversos (3%). Os investimentos em imóveis de terceiros foram realizados, basicamente, em uma nova unidade operacional localizada em Macaé, cujo objetivo é atender à crescente demanda do segmento offshore, o qual apresenta margens bastante atrativas.

Em 2024, a distribuição dos investimentos realizados pela Companhia foi a seguinte: benfeitorias em imóveis de terceiros (27%), equipamentos de acesso (25%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (21%), inspeções e soldagens (12%), equipamentos para atividades de infraestrutura (6%), computadores e software (7%) e diversos (3%). Cabe aqui o mesmo comentário referente aos investimentos em imóveis de terceiros feito no parágrafo anterior.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente (i) pela geração de caixa oriunda das operações da Companhia; (ii) pelas operações de empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras; (iii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures; e (iv) captações privadas realizadas junto a investidores, conforme estratégia financeira adotada pela Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

a. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

b. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desenvolvimento de novos produtos e serviços.

c. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

O Planejamento Estratégico da Companhia contempla as matérias ASG à sua estratégia de negócios, com foco no fortalecimento da cultura organizacional, na segurança das operações e na geração sustentável de valor, em linha com a natureza de suas atividades de prestação de serviços industriais.

Nesse contexto, destacam-se como principais oportunidades:

- (i) Aceleração da agenda ASG, com evolução das práticas de governança e sustentabilidade;
- (ii) Fortalecimento da cultura organizacional e da identidade Priner, com ênfase em valores relacionados à ética, segurança e responsabilidade operacional;
- (iii) Aprimoramento contínuo das práticas de SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente); e
- (iv) Estruturação e manutenção de ciclo anual de planejamento estratégico.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo II

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2025 DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.**

O Comitê de Auditoria da Priner Serviços Industriais S.A., no exercício de suas atribuições legais, na conformidade do Regimento Interno deste Comitê e em atendimento ao disposto na Resolução Normativa CVM nº 80/22, durante o último trimestre do exercício de 2025: (i) examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) examinou o Relatório da Administração; (iii) examinou o relatório emitido pela empresa Forvis Mazars Auditores Independentes e (iv) examinou o Release da Companhia.

A empresa de auditoria externa, Forvis Mazars Auditores Independentes, apresentou os trabalhos realizados para o Comitê de Auditoria, referentes ao exercício de 2025, conforme reunião realizada em 11/03/2026.

Cumprido consignar que, no entendimento do Comitê, não foram reportadas divergências relevantes entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria apresenta em anexo o Relatório das atividades referentes ao exercício de 2025.

Encerramento | Recomendação:

Com base no exame das informações e documentos fornecidos pela Companhia, nos trabalhos realizados pela Forvis Mazars Auditores Independentes, nas análises e recomendações do Comitê de Auditoria e nas medidas adotadas pela Administração da Companhia, os membros do Comitê entenderam que as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e respectivas Notas Explicativas, refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e recomendam ao Conselho de Administração para deliberação.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026.

[recorte do Parecer sem assinatura]

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME: 18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo III | PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Anexo A da Resolução 81 de 29 de março de 2022)

1) Informar o lucro líquido do exercício

Prejuízo líquido do exercício de 2025: R\$ R\$ 11.811.075,53, (onze milhões, oitocentos e onze mil, setenta e cinco reais e cinquenta e tres centavos).

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. Montante global de dividendos

Dividendos: N/A

b. Valor por ação (dividendos)

Ordinárias: N/A

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

N/A, considerando que a Companhia não distribuirá.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 2025, não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não há distribuição de juros sobre capital próprio a ser feita pela Companhia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não houve e não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

N/A

- b. Informa a data dos respectivos pagamentos:

N/A

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2024: R\$ 10.149.750,27 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e sete centavos)
2023: R\$ 13.701.660,60 (treze milhões, setecentos e um mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta centavos).
2022: R\$ 20.235.293,77 (vinte milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos)

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2024: R\$ 2.410.565,69 (dois milhões, quatrocentos e dez mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).
2023: R\$ 3.254.144,39 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).
2022: R\$ 9.584.897,40 (nove milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável devido ao prejuízo do exercício.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

5% do lucro líquido, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 28 do Estatuto Social da Companhia.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
N/A

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
N/A

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
N/A

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
N/A

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
N/A

10) Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

(*) Estatuto Social da Companhia, artigo 28: Do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais; e (ii) do saldo do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal mencionada no item (i) deste artigo 28: (a) 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios; e (b) o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social.

- I) 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal;

- II) Do saldo do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios (considerando a dedução dos dividendos distribuídos na modalidade de juros sobre capital próprio);

III) O restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento
Nota: Para este fim, a Companhia possui a reserva estatutária.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

N/A

iii) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

N/A

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

N/A

c. Justificar a retenção dos dividendos

N/A

iv) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

N/A

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

N/A

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

N/A

d. Justificar a constituição da reserva

N/A

v) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

N/A

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

N/A

vi) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social da Companhia prevê, no artigo 28, (ii), (b), que, após a destinação de parte do lucro líquido para a Reserva Legal e para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, o restante deverá ser destinado à constituição de Reserva de Investimento para assegurar o nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a Reserva de Investimento não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

O prejuízo do exercício no montante de R\$ 11.811.075,53 será absorvido pelo saldo acumulado da reserva estatutária.

- c. Descrever como o montante foi calculado

NA

vii) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

N/A

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

N/A

viii) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

N/A

- b. Explicar a natureza da destinação

N/A

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME: 18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo IV | CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(com base no artigo 11 da Resolução CVM 81/22, itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

(página deixada intencionalmente em branco)

7.3 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Em caso de mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Membro independente?	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Taryn Cherobim Basílio Silvestre 317.733.188-02	20/12/1984 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 12 – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	12/01/2026 12/01/2026	1 ano Não	12/01/2026 N/A	
Diretor Financeiro da Companhia						
Yoshiro Marcelo Sakaki Leal 909.654.005-06	13/07/1977 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores	12/01/2026 12/01/2026	1 ano Não	24/03/2016 N/A	
Não aplicável		Diretor de Operações				
Túlio Cintra 120.423.248-25	07/03/1969 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	12/01/2026 12/01/2026	1 ano Não	02/12/2013 N/A	
Não aplicável						
Bruno de Mello Pereira 054.224.087-48	23/12/1974 Administrador de Empresas	Pertence ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria 21 - Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo) e Vice Presidente do Cons. de Administração	27/04/2026 27/04/2026	AGO 2028 Não	01/12/2015 Sim	
Membro do Comitê de Auditoria						
Tiago Ring 362.460.368-05	07/08/1988 Engenheiro de Produção	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2026 27/04/2026	AGO 2028 Não	27/04/2026 Sim	
Pedro Henrique Chermont de Miranda 023.120.657-70	24/08/1973 Engenheiro Mecânico	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Conselheiro de Adm. (Efetivo) e Presidente do Conselho de Administração	27/04/2026 27/04/2026	AGO 2028 Não	01/12/2014 Não	
Não aplicável						
Eduardo Khair Chalita 600.137.107-53	18/05/1960 Engenheiro Civil	Pertence ao Conselho de Administração e ao Comitê de Pessoas 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2026 27/04/2026	AGO 2028 Não	19/12/2019 Sim	
Membro do Comitê de Pessoas						
Gustavo Figueiredo Maia	18/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2026	AGO 2028	27/04/2026	

Experiência profissional / Critérios de Independência

Taryn Cherobim Basílio Silvestre - 317.733.188-02

Graduado em Engenharia Aeronáutica pelo ITA e detentor da certificação CFA, Taryn possui uma sólida trajetória no mercado financeiro e de capitais. Acumula passagens por instituições de referência como Credit Suisse, Verde Asset, Neo Investimentos, BW e Itaú Asset. É um especialista em estratégia de investimentos e avaliação fundamentalista de ativos, agregando ampla expertise em gestão de riscos, alocação de capital e análise aprofundada dos setores de atuação da Priner.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Taryn Silvestre não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Taryn Silvestre declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - 909.654.005-06

As principais experiências profissionais do Sr. Yoshiro Marcelo Sakaki Leal nos últimos 5 anos incluem (i) de 2006 a 2013, exerceu os cargos de Engenheiro II, Engenheiro III, Coordenador de Produção, Gerente de Operações e Gerente Nacional de Operações na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos; e (ii) Superintendente de Operações em julho/2013, e Diretor de Operações em outubro/2015 e desde junho/20, COO da Companhia.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Yoshiro Marcelo Sakaki Leal não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr Yoshiro Marcelo Sakaki Leal declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Túlio Cintra - 120.423.248-25

O Sr. Túlio Cintra é engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP e Mestre (MSc) pela University of Sheffield UK (with distinction) e possui MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo. O Sr. Tulio Cintra tem 30 anos de experiência no segmento de óleo e gás, infraestrutura, estaleiros e serviços de engenharia industrial e é Diretor Presidente da Companhia desde 2012. Antes de integrar a Companhia, o Sr. Tulio foi Chief Investment Officer da Odebrecht Óleo e Gás S.A. de 2006 a 2012, sociedade anônima fechada voltada para atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, Diretor Executivo da Mills por 2 anos e tem passagem como executivo na Ocyan, Braskem, CBPO e Construtora Odebrecht, tendo trabalhado na Malásia, Coréia do Sul, Angola, Portugal, Argentina e Inglaterra.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Túlio Cintra não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Túlio Cintra declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48

As principais experiências profissionais do Sr. Bruno de Mello Pereira incluem: (i) sócio da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (desde 2015), companhia atuante no setor serviços e manutenção industrial; (iii) diretor financeiro da Casa Show S.A. em 2009, empresa do setor de varejo de material de construção; (iv) analista de empresas (sell side) no UBS Pactual, acompanhando o setor financeiro no Brasil e na América Latina (2000 a 2008); (v) analista de empresas (sell-side) no Banco Icatu (1997 a 1999) acompanhando o setor bancário no Brasil; (vi) auditor na Ernst & Young (1994 a 1996) O Sr. Bruno de Mello Pereira é graduado em administração de empresas pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e possui certificação CFA (Chartered Financial Analyst).

Nos últimos 5 anos, o Sr. Bruno de Mello Pereira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Bruno de Mello Pereira declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Conforme autodeclaração enviada para a Companhia e análise dos critérios por parte do Conselho de Administração, o Sr. Bruno é considerado membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Tiago Ring - 362.460.368-05

Tiago Ring é formado em Engenharia pela Escola Politécnica da USP e possui certificação CFA (Chartered Financial Analyst). Atua no mercado financeiro, com experiência na Absolute Investimentos, tendo desenvolvido sólida base em análise de investimentos e avaliação de oportunidades. Possui perfil analítico, com forte capacidade de estruturar e avaliar projetos complexos, além de transitar bem entre aspectos técnicos e financeiros. Demonstra interesse por tecnologia e inovação, especialmente em aplicações relacionadas a automação e inteligência artificial.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Tiago Ring não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Tiago Ring declarou não ser pessoa politicamente exposta, do Anexo A da Resolução CVM 50.

Conforme autodeclaração enviada para a Companhia e análise dos critérios por parte do Conselho de Administração, o Sr. Tiago é considerado membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70

O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é engenheiro formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. As principais experiências profissionais do Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda incluem (i) Sócio Fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S/A (desde 2012), companhia aberta do setor têxtil; (iii) Membro do Conselho de Administração da Saraiva Livreiros e Editores S.A. (em 2015), companhia aberta que atua nos ramos editoriais, varejista e de educação; (iv) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (atual denominação da Mills SI Serviços Industriais S.A.) (desde 2014), companhia fechada que atua no segmento de serviços industriais; (v) Membro do Conselho de Administração da BR Home Center (2018); (vi) Membro do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar (2009 a 2014), companhia aberta do setor varejista; (vii) Membro do Conselho de administração da Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A. (2009 a 2012), companhia aberta que atua no setor de serviços de engenharia e aluguel de equipamentos; (viii) Membro do Conselho de administração da Globex Utilidades S.A. (detentora das marcas Ponto Frio e Pontofrio.com) (2006 a 2008), que atua no ramo varejista e de comércio eletrônico; (ix) Membro do Conselho de administração da Rossi Residencial S.A. (2000 a 2002), companhia aberta do ramo de construção; e (x) Sócio Diretor da Investidor Profissional (IP) Gestão de Recursos (1995 a 2008), gestora de investimentos.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53

As principais experiências profissionais do Sr. Eduardo Khair Chalita incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da Novapontocom Comércio Eletrônico S.A. (2010 a 2014), que atua no ramo de comércio eletrônico; (ii) Diretor Presidente da Americanas.com – Grand Cayman (2000 a 2004), que atua no ramo de comércio eletrônico; (iii) Diretor da Lojas Americanas S.A. (1996 – 2004), companhia aberta do ramo varejista; (iv) Membro do Conselho de administração da Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. (2008 a 2010), que atua no ramo de comércio eletrônico; e (v) sócio da omni55, empresa de consultoria e participações (desde 2018).

Nos últimos 5 anos, o Sr. Eduardo Khair Chalita não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Eduardo Khair Chalita declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Conforme autodeclaração enviada para a Companhia e análise dos critérios por parte do Conselho de Administração, o Sr. Eduardo é considerado membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Gustavo Figueiredo Maia - 028.080.736-82

Gustavo Maia possui formação em arquitetura pela UFMG, MBA em Gestão de Negócios e Administração pela Fundação Dom Cabral. É sócio da gmaia e foi diretor estatutário no período em 2002 e 2025, tendo atuado como Diretor da UN de Infraestrutura da Priner.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Gustavo Figueiredo Maia não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. A Sr. Gustavo Figueiredo Maia declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Tipo de Condenação Descrição da Condenação	
Taryn Cherobim Basilio Silvestre – 317.733.188-02	
N/A	
Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - 909.654.005-06	
N/A	
Túlio Cintra - 120.423.248-25	
N/A	
Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48	
N/A	
Tiago Ring - 362.460.368-05	
N/A	
Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70	
N/A	
Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53	
N/A	
Gustavo Figueiredo Maia - 028.080.736-82	
N/A	

7.4 - Composição dos comitês

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Em caso de mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador ?	Membro independente ?
Descrição de outro cargo/função					
Roberto Carmelo De Oliveira	29/11/1954	Comitê de Auditoria	24/04/2024	30/04/2026	12/12/2019
399.935.827-00	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2024	Não	N/A
Bruno de Mello Pereira	23/12/1974	Comitê de Auditoria	24/04/2024	30/04/2026	12/12/2019
054.224.087-48	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2024	Não	N/A
Vice-Presidente do Conselho de Administração					
Luciana Doria Wilson	06/09/1979	Comitê de Auditoria	24/04/2024	30/04/2026	13/02/2020
268.475.448-99	Economista	Presidente do Comitê e Membro Especialista	01/05/2024	Não	N/A
N/A					
Silvana Sacramento	03/02/1973	Comitê de Pessoas	24/04/2024	30/04/2026	01/05/2024
538.096.025-15	Psicóloga	Membro do Comitê (Especialista)	01/05/2024	Não	N/A
N/A					
Eduardo Khair Chalita	18/05/1960	Comitê de Pessoas	24/04/2024	30/04/2026	03/05/2022
600.137.107-53	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2024	Não	N/A
Membro Independente do Conselho de Administração					
Carla Gouveia Barretto	22/11/1967	Comitê de Pessoas	24/04/2024	30/04/2026	03/05/2022
617.162.195-15	Administradora de Empresas	Presidente do Comitê	01/05/2024	Não	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Roberto Carmelo De Oliveira - 99.935.827-00

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira cursou Engenharia Civil na Universidade Souza Marques (1977) no Rio de Janeiro, possui Especialização em Gestão de negócios pelo Instituto Trevisan (1999) em São Paulo, MBA pelo PDG/IBMEC (2003) e formação de Conselheiro de Administração pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira ingressou na Companhia em 2013, e exerceu diversos cargos relevantes. Foi Diretor Comercial de novos negócios de novembro de 2013 a fevereiro de 2015. Desde abril de 2015, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, de 1981 a 2013, exerceu os cargos de Diretor Comercial de Novos Negócios, Diretor da Divisão de Serviços Industriais, Gerente da Filial de São Paulo, Gerente da Filial de Camaçari-BA, Gerente Geral de coligada MNKF – Imperator, Gerente da Divisão Industrial, Gerente da Filial do Rio de Janeiro, Engenheiro de Vendas e Engenheiro Supervisor de Obras na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos. Nos últimos 5 anos, o Sr. Roberto Carmelo de Oliveira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50/2021, com suas alterações.

Conforme autodeclaração enviada para a Companhia e análise dos critérios por parte do Conselho de Administração, o Sr. Roberto é considerado membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48

As principais experiências profissionais do Sr. Bruno de Mello Pereira incluem: (i) sócio da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (desde 2015), companhia atuante no setor serviços e manutenção industrial; (iii) diretor financeiro da Casa Show S.A. em 2009, empresa do setor de varejo de material de construção; (iv) analista de empresas (sell side) no UBS Pactual, acompanhando o setor financeiro no Brasil e na América Latina (2000 a 2008); (v) analista de empresas (sell-side) no Banco Icatu (1997 a 1999) acompanhando o setor bancário no Brasil; (vi) auditor na Ernst & Young (1994 a 1996) O Sr. Bruno de Mello Pereira é graduado em administração de empresas pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e possui certificação CFA (Chartered Financial Analyst). Nos últimos 5 anos, o Sr. Bruno de Mello Pereira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Bruno de Mello Pereira declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50/2021, com suas alterações.

Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99

Luciana, FRSA (Fellow The Royal Society of London), possui bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (FEA-PUC) ano de 2002, e em Ciências Contábeis no FIPECAFI-USP, com mestrado em finanças pela Escola de Negócios (BSP) e educação executiva na escola de negócios Stanford Graduate School of Business. Doria tem ampla experiência em liderar transações de Private Equity, M&A, processos de due diligence, pré-IPO, IPOs (NYSE e BOVESPA), integração pré e pós-fusão, emissão de dívida, projetos de reestruturação, governança corporativa e avaliação de risco.

Atualmente, atua como sócia da Managrow, sociedade gestora de patrimônios familiares (Family Offices); (ii) Presidente do Conselho Fiscal da Fleury S.A., companhia aberta do setor de diagnósticos, análises e serviços médicos; (iii) Membro do Conselho Fiscal da Eztec S.A., Companhia Aberta do segmento de incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários; (iv) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Anima Educação S.A., Companhia Aberta do setor de educação; (v) Membro do Conselho de Administração da Alliance of Corporate International Advisors in London; (vi) Coordenadora e Membro do Comitê de Auditoria da Priner Serviços Industriais S.A., companhia aberta do

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

segmento de serviços industriais. Nos últimos 5 anos, também atuou como: (i) Membro suplente do Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A., Companhia Aberta atuante no setor de alimentos; (ii) membro do conselho fiscal da Smartcoat Engenharia, empresa do segmento industrial; (iii) membro suplente do conselho fiscal da Enel S.A., empresa atuante no setor de distribuição de energia elétrica e (iv) Diretora Executiva da Saraiva S.A. A Sra. Luciana Doria não exerce outros cargos de administração em sociedades e/ou organizações do terceiro setor. Antes de ingressar no comitê executivo da Saraiva, Doria foi Head de Mercado de Capitais da Gafisa (investida GP Investments), e estrategista da corretora e da tesouraria do Banco Santander, analista de Real Estate pela Bear Stearns, JP Morgan, HSBC e Itaú Unibanco. Membro do Women Corporate Directors (WCD), DELL Women Entrepreneurs Network (DWEN), Stanford Brazilian University Students (SUBA), Conselho Regional de Economia (CORECON) e Stanford Women of Impact Network (WIN).

Dentre outras premiações, Luciana Doria Wilson foi premiada pela (i) Stanford LEAD Program Corporate Innovation – Intellectual Contribution Award in Finance and Business Model; (ii) Certificado Women on Board, pelo selo WOB (Women on Board) e (iii) Fellow The Royal Society of London.

Nos últimos 5 anos, o Sra. Luciana Doria Wilson não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. A Sra. Luciana Doria Wilson declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Silvana Sacramento – 538.096.025-15

Silvana possui sólida experiência de mais de 25 anos na área de Recursos Humanos em grandes empresas multinacionais e nacionais dos segmentos de engenharia, agronegócios, bens de consumo e de consultoria, entre elas a CEMAN, Accenture, Whirlpool, Grupo Odebrecht e Atvos.

Possui expertise em estruturação e reestruturação de times profissionais, incluindo grandes processos de atração e mobilização de pessoas em cenários de expansão de negócios, bem como forte desmobilização de profissionais, em momentos de retração. Ampla experiência em gestão de crise e seus impactos nas equipes e no negócio.

Nos últimos 5 anos, o Sra. Silvana Sacramento não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. A Sra. Silvana Sacramento declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50.

Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53

As principais experiências profissionais do Sr. Eduardo Khair Chalita incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da Novapontocom Comércio Eletrônico S.A. (2010 a 2014), que atua no ramo de comércio eletrônico; (ii) Diretor Presidente da Americanas.com – Grand Cayman (2000 a 2004), que atua no ramo de comércio eletrônico; (iii) Diretor da Lojas Americanas S.A. (1996 – 2004), companhia aberta do ramo varejista; (iv) Membro do Conselho de administração da Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. (2008 a 2010), que atua no ramo de comércio eletrônico; e (v) socio da omni55, empresa de consultoria e participações (desde 2018). Nos últimos 5 anos, o Sr. Eduardo Khair Chalita não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Eduardo Khair Chalita declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50/2021, com suas alterações.

Conforme autodeclaração enviada para a Companhia e análise dos critérios por parte do Conselho de Administração, o Sr. Eduardo é considerado membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Carla Gouveia Barretto - 617.162.195-15

Carla possui mais de 25 anos de experiência executiva nas áreas de planejamento estratégico, governança, finanças, controladoria e recursos humanos. Iniciou carreira em empresa de auditoria internacional e trabalhou em empresas multinacionais brasileiras de infraestrutura, imobiliário, química e petroquímica. Foi Diretora Superintendente de negócio imobiliário no Brasil. É Conselheira de Administração certificada pelo IBGC por experiência, na modalidade CCA+, tendo

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

atuado como Conselheira em empresas de capital fechado e aberto, dentre as quais, a Braskem S.A. Nos últimos 5 anos, a Sra. Carla Gouveia Barretto não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. A Sra. Carla Gouveia Barretto declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50/2021, com suas alterações.

Conforme autodeclaração enviada para a Companhia e análise dos critérios por parte do Conselho de Administração, a Sra. Carla é considerada membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Roberto Carmelo De Oliveira - 99.935.827-00 N/A	N/A
Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48 N/A	N/A
Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99 N/A	N/A
Silvana Sacramento – 538.096.025-15 N/A	N/A
Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53 N/A	N/A
Carla Gouveia Barretto - 617.162.195-15 N/A	N/A

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores controladas, controladores e outros

Não aplicável.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo V | PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

AGE

(com base no artigo 13 da Resolução CVM 81/22)

I)

A Proposta de Remuneração Global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2026 está de acordo com a estratégia de remuneração definida pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Comitê de Pessoas, tendo como base:

- (1) Assegurar a competitividade de atratividade e retenção, por meio de resultados do estudo de remuneração executiva para a remuneração dos administradores;
- (2) Reajuste na remuneração fixa com reposição da inflação;
- (3) Reajuste por meritocracia;
- (4) Os indicadores econômico-financeiros previstos para o exercício de 2026, que compõem os resultados referentes à remuneração variável de curto prazo;
- (5) Os indicadores econômico-financeiros previstos no Programa de Incentivo de Longo Prazo, conforme Plano vigente aprovado em Assembleia Geral.

Neste contexto, **a proposta para remuneração global, anual, para o exercício social de 2026, em regime de competência, para os administradores da Companhia é** de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), incluindo a remuneração fixa e variável (ICP e ILP), com inclusão dos benefícios, conforme aplicável e demonstrado no Anexo VI desta Proposta.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

**Anexo VI | PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Formulário de Referência)**

(com base no artigo 13 da Resolução CVM 81/22, item 8 do Formulário de Referência)

8. Remuneração dos Administradores**8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:*****a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser consultado***

A Companhia adota uma Política de Compensação dos Administradores elaborada para garantir coerência, transparência e alinhamento entre os interesses corporativos e a atuação de seus administradores. A política foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2024, e aplica-se aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento da Priner Serviços Industriais S.A., excetuando-se apenas os especialistas externos que eventualmente integrem tais comitês.

Seu propósito central é estabelecer princípios, diretrizes e parâmetros que orientem a composição e a distribuição da remuneração total, assegurando que ela reflita de forma equilibrada:

- a contribuição estratégica dos administradores;
- a complexidade inerente ao exercício de suas funções;
- a superação de desafios organizacionais;
- o alcance de resultados sustentáveis e consistentes com o posicionamento de longo prazo da Companhia.

A Política está integralmente disponível para consulta pública na área de Relação com Investidores, por meio do endereço eletrônico institucional:

<https://ri.priner.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-de-etica-e-politicas/>.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:***i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam***

No âmbito da governança da Companhia, o processo de definição da remuneração dos administradores é estruturado de forma colegiada. O Comitê de Pessoas, instituído em 2022, exerce papel consultivo fundamental ao propor ao Conselho de Administração recomendações baseadas em tendências de mercado, melhores práticas de governança e critérios técnicos aplicáveis ao setor industrial.

Nos termos da legislação vigente e das disposições estatutárias, a Assembleia Geral é responsável por fixar a remuneração global anual destinada ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária. A partir desse montante global aprovado, o Comitê de Pessoas elabora recomendações para a individualização das remunerações, que são submetidas à deliberação final do Conselho de Administração, responsável por aprovar a distribuição interna conforme responsabilidades, escopo e relevância de cada função.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos administradores é definida com base em critérios estruturados que levam em consideração:

- responsabilidades e atribuições do cargo;
- desafios associados à função;
- competências técnicas e comportamentais exigidas;
- capacidade de entrega de resultados tangíveis e intangíveis.

A Companhia realiza pesquisas de mercado sempre que necessário, contando com apoio de consultorias especializadas. Essas análises são conduzidas com foco em empresas do mesmo segmento e organizações que compõem o mercado concorrente na atração e retenção de talentos. Os resultados desses estudos subsidiam a tomada de decisão e garantem a aderência da política às condições de competitividade e às melhores práticas corporativas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A revisão e avaliação da adequação da Política de Remuneração é conduzida pelo Conselho de Administração sempre que necessário, de forma periódica e sem data fixa predefinida. Essa revisão considera não apenas fatores externos, como tendências de mercado e evolução regulatória, mas também aspectos internos relacionados à estratégia e ao ciclo de crescimento da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Os elementos da remuneração são estruturados de acordo com as funções desempenhadas pelos diferentes órgãos da administração, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento consiste exclusivamente em compensação fixa financeira, paga em 12 parcelas anuais mensais. Membros que atuam simultaneamente em Comitês recebem parcela fixa adicional, também paga em 12 parcelas. Em linha com boas práticas de governança, não há previsão de compensações variáveis, sejam de curto ou longo prazo, tampouco compensação fixa não financeira para este órgão.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por quatro elementos:

- Remuneração fixa;
- Benefícios;

- Incentivo de curto prazo (ICP);
- Incentivo de longo prazo (ILP).

A composição total é calibrada conforme responsabilidades, competências, formação, desempenho individual e capacidade de superação de desafios.

O ICP é definido anualmente e busca promover meritocracia, incentivar o alcance de metas e reconhecer entregas diferenciadas.

O ILP segue diretrizes estabelecidas em plano aprovado em Assembleia Geral e programa aprovado pelo Conselho de Administração, reforçando o alinhamento com objetivos estratégicos e com o horizonte de longo prazo da Companhia.

• sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais remuneração total

As proporções de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 podem ser verificadas nas tabelas abaixo. Estas fazem referência apenas à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa Anual	100%	41%
Incentivo de curto prazo	-	12%
Incentivo de longo prazo - baseado em Ações (Outorga de Opções)	-	45%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	2%
TOTAL	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa Anual	100%	52%
Incentivo de curto prazo	-	27%
Incentivo de longo prazo - baseado em Ações (Outorga de Opções)	-	18%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	3%
TOTAL	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa Anual	100%	70%
Incentivo de curto prazo	-	25%
Incentivo de longo prazo - baseado em Ações (Outorga de Opções)	-	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	5%
TOTAL	100,00%	100,00%

• ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

A estratégia de remuneração baseia-se na análise contínua do mercado de referência, composto por empresas de porte e características similares, bem como aderentes às boas práticas de governança corporativa. Essas pesquisas subsidiam a tomada de decisão do Conselho de Administração, assegurando que a composição da remuneração total esteja alinhada a:

- (i) responsabilidades, desafios e competências individuais;
- (ii) entrega de resultados tangíveis e intangíveis;
- (iii) equilíbrio entre compensação fixa, incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo.

• ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

A remuneração variável de curto prazo incorpora indicadores financeiros e não financeiros, dentre os quais se destacam:

- EVA (Valor Econômico Adicionado);
- indicadores de desenvolvimento humano;
- indicadores de saúde e segurança ocupacional.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura remuneratória adotada reflete pilares fundamentais da gestão corporativa da Companhia, incluindo:

- complexidade e responsabilidade dos cargos;
- desafios estratégicos inerentes às funções;
- capacidade de geração de resultados sustentáveis;
- referências competitivas de mercado.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 todos os membros da administração da Companhia foram remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é a responsável exclusiva pelo pagamento da totalidade da remuneração dos administradores. Não há qualquer componente remuneratório suportado por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Na data deste Formulário de Referência, não existe qualquer previsão de remuneração ou benefício condicionado à ocorrência de eventos societários específicos, como alienação de controle ou reestruturações societárias.

8.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00*	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00*	9,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	1.780.000,00	4.039.047,00	
Benefícios direto e indireto		234.500,00	
Participações em comitês	615.629,00		
Outros			
Descrição de outras remunerações fixas	-		-
Remuneração variável			
Bônus	0,00		
Participação de resultados	0,00	1.349.845,00	-
Participação em reuniões	0,00	0,00	-
Comissões	0,00	0,00	-
Outros	0,00	1.000.000,00	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	-
Cessação do cargo	0,00	0,00	-
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	3.980.979,00	-
Observação	-	-	-
Total da remuneração	2.395.629,00	10.604.371,00	13.000.000,00

*O 4º membro da Diretoria Estatutária proposto para 2026 não compõe o quadro atual.

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2025 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	2,75*	7,75
Nº de membros remunerados	5,00	2,75*	7,75
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$ 1.120.000,00	R\$ 3.420.787,78	R\$ 4.540.787,78
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$ 208.957,75	R\$ 208.957,75
Participações em comitês	R\$ 436.000,00	0,00	R\$ 436.000,00
Outros			
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$ 1.018.160,45	R\$ 1.018.160,45
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	R\$ 3.753.038,92	R\$ 3.753.038,92
Observação			
Total da remuneração	R\$ 1.556.000,00	R\$ 8.400.944,90	R\$ 9.956.944,90

*A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2024 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	9,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$ 840.000,00	R\$ 3.539.446,69	R\$ 4.379.446,69
Benefícios direto e indireto	0	R\$ 192.057,78	R\$ 192.057,78
Participações em comitês	R\$ 324.000,00	0	R\$ 324.000,00
Outros	0	0	R\$ 0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	R\$ 0,00
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$ 1.841.077,38	R\$ 1.841.077,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções (*)	0,00	R\$ 1.215.688,09	R\$ 1.215.688,09
Observação			
Total da remuneração	R\$ 1.164.000,00	R\$ 6.788.269,94	R\$ 7.952.269,94

* Nota (1): A Companhia apresenta, para fins de transparência, o valor estimado referente às opções de compra de ações concedidas aos administradores no exercício de 2024 (para Diretoria Estatutária).

O plano de opções da Companhia observa as premissas de voluntariedade da adesão e onerosidade para o beneficiário, tratando-se de incentivo de natureza mercantil, desvinculado de contraprestação direta pelo trabalho prestado.

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2023 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$620.000,00	R\$2.616.273,47	R\$3.236.273,47
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$163.232,80	R\$163.232,80
Participações em comitês	R\$208.000,00	0,00	R\$208.000,00
Outros	0,00	R\$127.640,43	R\$127.640,43
Descrição de outras remunerações fixas	-	FGTS	
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$984.429,34	R\$984.429,34
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-
Total da remuneração	R\$828.000,00	R\$3.891.576,05	R\$4.719.576,05

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2026)			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00*	9,00
Nº total de membros remunerados	0,00	4,00*	4,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0,00	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 628.934,95	R\$ 628.934,95
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 2.264.165,82	R\$ 2.264.165,82
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$ 1.349.845	R\$ 1.349.845

*O 4º membro da Diretoria Estatutária proposto para 2026 não compõe o quadro atual.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	2,75*	7,75
Nº total de membros remunerados	0,00	2,75*	2,75
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 456.128,53	R\$ 456.128,53
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 1.642.062,69	R\$ 1.642.062,69
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	R\$ 821.031,35	R\$ 821.031,35

*A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	9,00
Nº total de membros remunerados	5,00	4,00	9,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 1.035.156,66	R\$ 1.035.156,66
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 1.940.918,74	R\$ 1.940.918,74
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$ 1.552.734,99	R\$ 1.552.734,99
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	N/A	R\$ 1.841.077,38	R\$ 1.841.077,38
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
(em R\$ mil, exceto número de Administradores)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	8,00
Nº total de membros remunerados	5,00	3,00	8,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$926.992,00	R\$926.992,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$1.158.740,00	R\$1.158.740,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$1.158.740,00	R\$1.158.740,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0,00	R\$984.429,34	R\$984.429,34
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia mantém Plano de Incentivo de Longo Prazo estruturado por meio de Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Stock Options"), observando os limites estabelecidos no Plano e no capital social autorizado. O Programa tem como objetivos:

- alinhar os interesses dos administradores às melhores práticas de mercado e à estratégia corporativa;
- fortalecer os mecanismos de atração e retenção de executivos;
- estimular o engajamento dos elegíveis com a geração de valor sustentável da Companhia e suas subsidiárias;
- promover maior alinhamento financeiro entre administradores e acionistas.

A administração e supervisão do Plano são conduzidas pelo Conselho de Administração, com suporte do Comitê de Pessoas.

b. data de aprovação em órgão responsável

O Plano e seu Programa foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2024.

c. número máximo de ações abrangidas

O Plano de Incentivo de Longo Prazo estabelece que o conjunto total de ações que poderão ser emitidas ou utilizadas para atender às outorgas de opções deverá respeitar o limite global de até 5% do capital social da Companhia, calculado em base líquida, conforme previsto no próprio Plano e nas diretrizes complementares definidas anualmente em cada Programa de Outorga.

O número específico de ações destinadas a cada ciclo é determinado individualmente em seus respectivos Programas.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Aplica-se o mesmo limite definido no item (c).

e. condições de aquisição de ações

Cada opção outorgada confere ao participante o direito de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia, observados os termos e condições previstos no Plano, no respectivo Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações e no Contrato de Opção.

O direito de aquisição das ações está condicionado ao cumprimento do período de carência (vesting) e demais condições estabelecidas nos documentos aplicáveis, sendo exercido mediante manifestação do participante, nos prazos e condições definidos no Plano e no Programa de Outorga.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou sua fórmula de cálculo é definido no Plano, observando-se os seguintes critérios:

- desconto máximo de 15% (quinze por cento) sobre o preço médio de mercado da ação, com base em pregões da B3;
- deduções aplicáveis relacionadas a proventos distribuídos;
- eventuais correções determinadas pelo Conselho de Administração.

g. critérios para fixação de prazo de exercício

O prazo para exercício das opções é definido no Programa de Outorga e nos Contratos de Opção, observado o limite máximo de até 5 (cinco) anos contados da data de outorga.

h. forma de liquidação

Uma vez exercidas as opções, nos termos do Plano, dos Programas de Outorga e dos Contratos de Opção, as ações correspondentes serão entregues aos participantes mediante (i) emissão de novas ações, por meio de aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, ou (ii) utilização de ações mantidas em tesouraria.

Em ambos os casos, serão observadas as disposições regulamentares aplicáveis e as deliberações do Conselho de Administração.

i. Restrições à transferência das ações

Após a assinatura do Contrato de Opções e o exercício da respectiva Opção, o Participante deverá manter 100% (cem por cento) das ações adquiridas sob custódia de instituição financeira credenciada indicada pela Companhia. Durante o período de custódia obrigatória, haverá restrições à alienação, conforme as seguintes condições:

- 90% das ações adquiridas deverão permanecer indisponíveis por 7 (sete) dias, contados da data de aquisição;
- 10% das ações adquiridas deverão permanecer indisponíveis por 1 (um) ano, contado da mesma data.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As Opções outorgadas serão automaticamente extintas, cessando integralmente seus efeitos, nas seguintes hipóteses:

- a) exercício da Opção pelo Participante, conforme condições previstas no Contrato de Opções;
- b) decurso do prazo máximo para exercício estabelecido no Plano ou no Programa de Outorga;
- c) rescisão (distrato) do Contrato de Opções;
- d) dissolução ou liquidação da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso ocorra o término da relação de trabalho, estatutária ou de prestação de serviços por iniciativa imotivada da Pessoa Elegível/Participante, ou por motivo que lhe seja atribuível, a Pessoa Elegível ou o Participante perderá automaticamente todos os direitos relativos a qualquer Programa Anual de Outorga de Opção de Compra de Ações, sem necessidade de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização.

Permanecem inalterados os direitos e obrigações da Pessoa Elegível ou do Participante quando o término da relação ocorrer por iniciativa imotivada da Companhia, por motivo atribuível à Companhia, em razão de invalidez permanente, mediante comum acordo entre as partes. Nessas circunstâncias, permanecem válidos os Programas Anuais de Outorga e os respectivos Contratos de Opções em vigor.

Em caso de falecimento de Pessoa Elegível ou Participante, os direitos de assinatura do Contrato de Opções ou de exercício das Opções serão transmitidos ao espólio ou herdeiros legais, conforme aplicável.

8.5 – Remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,9%
Preço ponderado médio de exercício		

das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,75*
Nº de membros remunerados	0,00	2,75*
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	1,9%
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

Nota: O ILP, por meio de opção de compra de ações, implementado em 2024, causará efeito de diluição da participação societária, considerando que terão novas emissões de ações em 2025 (que totalizam diluição de 0,06% do capital social, com emissão de 280.344 ações). Contudo, a natureza jurídica do ILP – Stock Option não é de remuneração, pois o executivo tem a opção de compra das ações, por meio da outorga concedida pela Companhia.

Nota 2: * A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00000	2,5%
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00000	0,00000
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A

Nota: até a data desta Proposta não houve novas opções, em comparação ao ano de 2025.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,75
Nº de membros remunerados	0,00	2,75
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A

Nota: até a data desta Proposta não houve novas opções, em comparação ao ano de 2024.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	28/10/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.401.621
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	10/2025 10/2026 10/2027
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	10/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	6,94

Nota: outorgas realizadas por meio da implementação do ILP – Opção de Compra de Ações, realizada no ano de 2024

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A

Nota: Não houve um plano de remuneração baseado em ações vigente no exercício de 2023.

8.7– Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Opções em aberto ao final do último exercício social (2025) relativas à outorga do Programa de 2024.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,75*
Nº de membros remunerados	0,00	2,75*
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1.081.621
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	10/2026 10/2027
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	10/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano
Preço médio ponderado do exercício	N/A	11,98
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	6,94
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Prazo médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 7.506.450

* A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

8.8- Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,75*
Nº de membros remunerados	0,00	2,75*
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Nota: Nenhuma opção foi exercida em 2025.

* A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Nota: Nenhuma opção foi exercida em 2024.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Nota: Não houve um plano de remuneração baseado em ações vigente no exercício social de 2023.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

Referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,75*
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

* A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

Referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

Referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Outorga de Ações no Exercício Social de 31/12/2026		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00*
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	02/03/2026
Quantidade de opções outorgadas	0,00	100.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	03/2029
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	03/2031
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	1 ano
Valor justo das opções na data da outorga	0,00	**
Valor total das opções outorgadas (quantidade de opções multiplicada pelo valor justo na data da outorga)	0,00	**

*O 4º membro da Diretoria Estatutária proposto para 2026 não compõe o quadro atual.

** No momento da emissão desta proposta o cálculo do valor justo está em fase de apuração e será divulgado no calendário de atualização do Formulário de Referência.

Outorga de Ações no Exercício Social de 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	28/10/2024
Quantidade de opções outorgadas	0,00	1.401.621
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	10/2025 10/2026 10/2027
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10/2029
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	1 ano
Valor justo das opções na data da outorga	0,00	6,94
Valor total das opções outorgadas (quantidade de opções multiplicada pelo valor justo na data da outorga)	0,00	9.725.505

8.11- Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais não houve transferência efetiva de propriedade de ações da Companhia para a Diretoria Estatutária ou para os membros do Conselho de Administração.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

O modelo de precificação das ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações (ILP) para a Diretoria Estatutária estabelece que o Preço de Exercício por Opção corresponderá ao maior valor entre: (i) o montante fixo de R\$ 11,00 (onze reais) por ação; e (ii) o preço médio de mercado da ação, apurado com base em determinados pregões da B3, aplicado o percentual de desconto definido para o programa, limitado a 15% (quinze por cento). Em ambos os casos, o Preço de Exercício poderá ser ajustado pela dedução dos proventos pagos, bem como pela aplicação de correções consideradas pertinentes pelo Conselho de Administração.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opções 2025

Não aplicável

Plano de Opções 2024

Plano de stock Options concedido em 2024	
Data da outorga do plano	28/10/2024
Preço de exercício	11,00
Preço médio ponderado das ações	13,45
Volatilidade esperada	49,29%
Prazo de vida útil das opções (anos)	5 anos
Taxa de juros livre de risco	12,48%
Valor justo por opção	R\$ 6,94

Plano de Opções 2023

Não aplicável

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia informa que não houve exercício antecipado pelas partes elegíveis.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi calculada com base na variação histórica do preço das ações no período compreendido entre a data da outorga (28 de outubro de 2024) e a data de referência utilizada para o cálculo do valor justo, correspondente ao vencimento do plano em 27 de outubro de 2029.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia declara que não existem outras características das opções que tenham sido consideradas na mensuração do valor justo além daquelas já descritas anteriormente.

8.13 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão➤ **Valores mobiliários emitidos pela Companhia**

	Ações ordinárias (unidades)
Conselho de Administração	269.277
Diretoria Estatutária	499.053
Conselho Fiscal	-

➤ **Valores mobiliários emitidos por sociedade controlada da Companhia: Priner Locação de Equipamentos S.A.**

	Ações ordinárias (unidades)
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	1
Conselho Fiscal	-

8.14 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária (1)			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Número total de membros	2,75*	4	3	5	5	5
Número de membros remunerados	2,75*	4	3	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	R\$ 3.695.732,56	R\$ 2.370.350,23	R\$ 1.547.291,00	R\$ 348.000,00	R\$ 258.000,00	R\$ 124.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$ 500.539,15	R\$ 1.119.358,13	R\$ 1.158.815,16	R\$ 224.000,00	R\$ 168.000,00	R\$ 124.000,00
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 2.006.277,76	R\$ 1.697.067,49	R\$ 1.297.192,02	R\$ 311.200,00	R\$ 232.800,00	R\$ 124.000,00

*A quantidade de administradores estatutários indicada reflete a média anual apurada com base na permanência efetiva no cargo durante o exercício social, considerando-se o critério de proporcionalidade temporal.

Observação:

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	O item de menor remuneração anual individual foi apurado considerando 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.
31/12/2024	O item de menor remuneração anual individual foi apurado considerando 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.
31/12/2023	No exercício 2023, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.
Conselho de Administração	
31/12/2025	No exercício 2025, todos os membros do conselho exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.
31/12/2024	No exercício 2024, todos os membros do conselho exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.
31/12/2023	No exercício 2023, todos os membros do conselho exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.

8.16 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia informa que não possui arranjos contratuais, apólices de seguros específicas ou quaisquer outros instrumentos que prevejam mecanismos de remuneração, compensação ou indenização destinados aos administradores em caso de destituição do cargo, desligamento, término de mandato ou aposentadoria.

8.17- Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Nos exercícios sociais encerrados em 2023, 2024, 2025 e no exercício social corrente, a Companhia não possuía controlador(es), direto ou indireto, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto.

8.18 - Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais e na previsão para o exercício social corrente, não houve pagamento, pela Companhia, de quaisquer valores reconhecidos no resultado a membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por razões distintas das funções que desempenham, tais como comissões, serviços de consultoria ou assessoria. Adicionalmente, nos mesmos períodos, a Companhia não possui e não possuía Conselho Fiscal instalado.

8.19- Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, nos 3 últimos exercícios sociais não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20- Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Para fins de maior transparência e em complemento às informações de remuneração da administração, a Companhia esclarece que os membros dos comitês – quando atuam como especialistas e não integram o Conselho de Administração ou a Diretoria Estatutária – são remunerados por meio de honorários específicos, cujo montante não compõe e não está incluído no limite global de remuneração da administração submetido à deliberação da assembleia geral.

Essa informação é apresentada para assegurar consistência com as diretrizes aplicáveis ao Formulário de Referência e reforçar a adequada segregação entre remuneração da administração estatutária e os honorários atribuídos aos membros especialistas dos comitês, conforme as práticas de governança adotadas pela Companhia.

